



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2016
RELATÓRIO**

11ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DO RIO DE JANEIRO/RJ.

Juiz Federal Titular: SILVIO WALDERLEY DO NASCIMENTO LIMA

Juiz Federal Substituto: Não há.

Partindo de levantamentos realizados no questionado pré-correição, bem como nas informações da última correição realizada, e nos mapas estatísticos disponíveis no sistema de processamento de dados da Seção Judiciária, realizou-se, no período de 11 a 15 de janeiro de 2016, a correição ordinária eletrônica da 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro/RJ.

Assim, diante da análise dos dados coletados, seguem as seguintes recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES:

- Buscar o cumprimento das Metas do CNJ, atentando para os processos listados nos itens respectivos deste relatório;
- Dar o devido andamento aos processos parados há mais de 30 dias, bem como aos conclusos com prazo vencido;
- Regularizar as petições pendentes de juntada;
- Observar os prazos de cumprimento das ordens judiciais;
- Verificar os processos sob sigilo/segredo de Justiça, nos quais não foi localizada a respectiva ordem judicial;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Verificar os processos suspensos, cujo motivo para suspensão não tenha sido cadastrado ou tenha sido cadastrado equivocadamente;
- Observar a correta classificação das sentenças, de forma também a evitar a classificação como “vazias”;
- Regularizar, no que couber, o lançamento da fase 18 nos processos já sentenciados e com trânsito em julgado, sem tal fase informada;
- Verificar e, conforme o caso, atualizar/retificar o cadastro de bens penhorados (constritos), preenchendo as informações necessárias;
- Promover o preenchimento de todos os campos do sistema Apolo quando do registro das apreensões/acautelamentos de bens (artigo 203 da CNCR), procedendo a sua atualização, à medida em que for dada destinação aos bens apreendidos/acautelados (destruição, devolução, perdimento ou alienação antecipada).

Considerando as recomendações supra, deverá ser encaminhado à Corregedoria, no prazo de 30 (trinta) dias, relatório das providências implementadas.

**➔ PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DA
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

De acordo com a Portaria PR-RJ nº 53, de 15/01/2016, o Procurador da República Dr. Antonio do Passo Cabral foi designado para acompanhar os trabalhos desta correição, sem que, todavia, tenha comparecido pessoalmente na sede desta Corregedoria para tanto.

Não houve, por outro lado, designação de representante da Ordem dos Advogados do Brasil/RJ.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Já a Defensoria Pública da União no Rio de Janeiro, apesar de instada a participar das correições ordinárias, com críticas e sugestões, respondeu através do Ofício nº 282-DPU RJ/SECGABDPC RJ, de 14/12/2015, que está impossibilitada de fazê-lo, em razão de graves deficiências de ordem material e pessoal.

→ ATUAÇÃO DOS JUÍZES

(Resolução nº 01/2008, art. 7º, CJF e Resolução nº 26/2009, art. 1º, TRF da 2ª Região, alterada pela Resolução nº 16/2010, TRF 2ª Região)

Divisão dos processos: Os processos são divididos observando as normas aplicáveis, cabendo ao Juiz Titular os processos pares, e ao Juiz Substituto, os ímpares.

. Titular: SILVIO WANDERLEY DO NASCIMENTO LIMA, em exercício desde março de 2013.

. Substituto: Não há.

De acordo com o questionário pré-correição, “*não há Juiz Substituto designado para esta Vara Federal, apenas em auxílio*”.

Fonte: Questionário pré-correição, itens 1 e 3.1.

→ ORGANIZAÇÃO

Total de Servidores previstos: 13

Total de Servidores lotados na Vara: 12

Analistas Judiciários: 03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Técnicos Judiciários: 09
Técnico Judiciário/Segurança: 00
Auxiliar Judiciário: 00
Estagiários: 04

Fonte: Questionário pré-correição, item 2.1.

→ **ACERVO TOTAL**
(artigos 32 a 36 da CNCR)

Acervo	Posição em 2014	Correição Janeiro/2016
Total	21.788	22.096
Suspensos	13.705	14.608
Ag. julgamento recurso	132	83
Tramitação ajustada	7.951	7.405

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1ª Instância/Juizado Especial Federal, constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos aos períodos de 01/01/2014 a 31/12/2014 e 01/01/2015 a 31/12/2015, extraídos em 08/01/2016.

→ **ATOS PROCESSUAIS INTIMADOS**
(art. 181 da CNCR)

Período	01/01/2015 a 31/01/2015		
Complemento de Intimação	Quantidade de Atos	Percentual Quant. / Total	Tempo Médio Conc. - Intim. (dias)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Despacho	423	24,30	18
Decisão	1.104	63,41	5
Sentença	214	12,29	12
Total Geral	1.741	100,00	9

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados, extraído em 08/01/2016.

→ **METAS DO CNJ**

(Resoluções CNJ nº 70 de 18/03/2009 e nº 198, de 01/07/2014, e Metas 2015 e 2014, estabelecidas no VIII e VII Encontros Nacionais do Judiciário).

OBS.: A despeito da divulgação das Metas Nacionais para o ano de 2016 (<http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>), ainda não foram disponibilizados, por ocasião da elaboração deste Relatório, os mecanismos necessários para a extração de todos dados no Portal de Estatísticas deste Tribunal. Assim, quando necessário, foram analisadas as Metas referentes ao ano de 2015, com as adaptações possíveis.

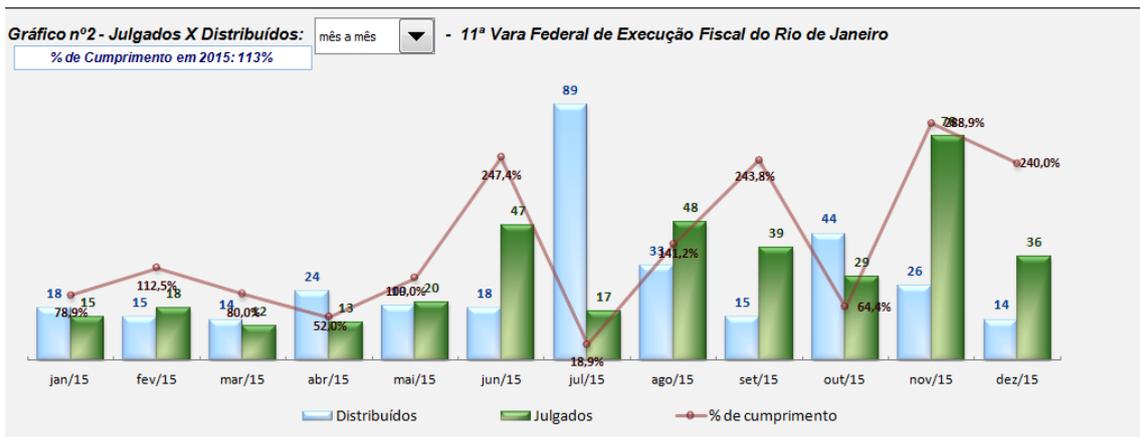
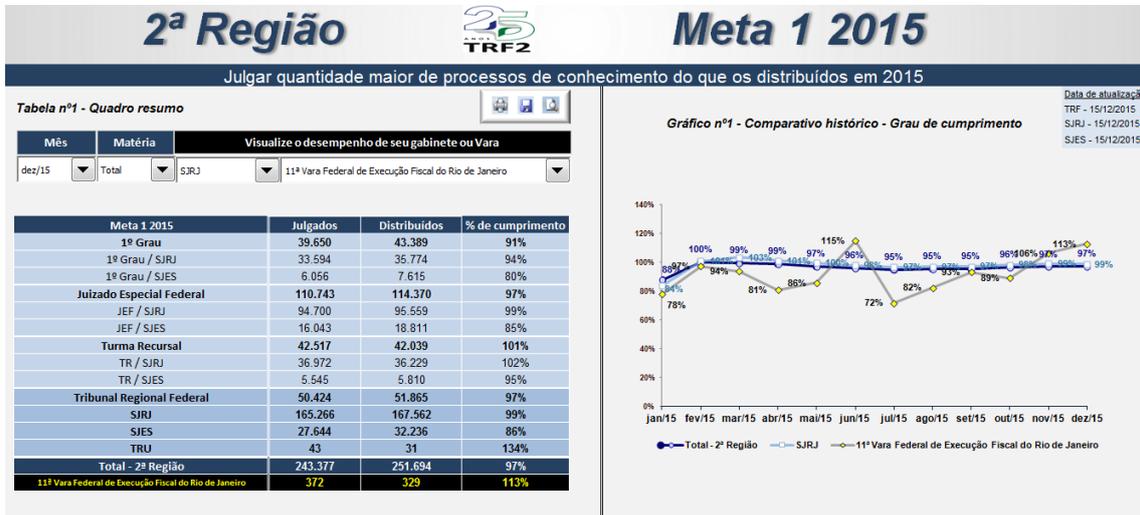
I – META 1/2015: Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correccionado, o **percentual de cumprimento da meta foi de 113%**, como ilustra o gráfico a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 08/01/2016.

II – META 2/2015: Julgar processos mais antigos

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos processos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais.

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, a seguinte situação:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º e no 2º graus, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais

Relatório nº 1 - Quadro resumo

Data de atualização:
TRF - 10/11/2015
SJRJ - 09/11/2015
SJES - 10/11/2015

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara			
nov/15	100%	SJRJ	11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro		

Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2014	Julgados em 2015	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
1º Grau	74.220	66.186	3.359	69.545	4.675	94%
1º Grau / SJRJ	65.487	58.370	2.980	61.350	4.137	94%
1º Grau / SJES	8.733	7.816	379	8.195	538	94%
Juizado Especial Federal	96.279	93.979	1.682	95.661	618	99%
JEF / SJRJ	75.320	73.414	1.337	74.751	569	99%
JEF / SJES	20.959	20.565	345	20.910	49	100%
Turma Recursal	23.699	23.559	132	23.691	8	100%
TR / RJ	19.650	19.628	19	19.647	3	100%
TR / ES	4.049	3.931	113	4.044	5	100%
TRF	12.703	10.222	2.067	12.289	414	97%
SJRJ	160.457	151.412	4.336	155.748	4.709	97%
SJES	33.741	32.312	837	33.149	592	98%
Total - 2ª Região	206.901	193.946	7.240	201.186	5.715	97%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	227	179	22	201	26	89%

Verifique o Acervo Meta2 pendente:

Ano: 2015
Mês: Novembro
Vara: 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Acervo pendente SJRJ

Contar de Processo: Última movimentação

Ano distribuído	menos de 100 dias	há mais de 100 dias	Total geral
1984	1	0	1
2006	2	0	2
2007	1	0	1
2008	1	0	1
2009	6	1	7
2010	11	3	14
total geral	22	4	26

Constam 26 processos pendentes de julgamento:

➔ **Sem movimentação há mais de 100 dias: 04 processos**

Foram analisados os seguintes processos:

05078073020094025101 – Autuado em 07/07/2009. Trata-se de embargos à execução fiscal (classe nº 12006). Decisão determinando a substituição do perito e determinando o início dos trabalhos, com posterior entrega de laudo, em 27/11/2015 (fl. 813). Mandado expedido em 07/01/2016 (fl. 816). Último movimento, em 09/01/2016: movimentação cartorária tipo Aguardando devolução de Mandado.

05303586720104025101 – Autuado em 18/08/2010. Trata-se de embargos à execução fiscal (classe nº 12006). Despacho deferindo a produção da prova



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

pericial requerida pelo Embargante e demais providências, em 30/03/2015 (fls. 148/149). Quesitos apresentados em 07/05/2015, às fls. 152/153. Petição da Fazenda Nacional requerendo dilação de prazo para apresentar quesitos, em 13/05/2015 (fls. 155/158). **O processo encontra-se parado desde então.**

05162763120104025101 – Autuado em 08/11/2010. Trata-se de embargos à arrematação (classe 12002). Decisão determinando a intimação da perita para prestar esclarecimentos, em 22/05/2014 (fl. 532). Informação de Secretaria determinando a abertura de vista às partes acerca dos esclarecimentos prestados, no prazo de dez dias, em 18/11/2015 (fl. 554). Processo devolvido da Advocacia Geral da União em 18/12/2015. Último movimento de juntada, em 07/01/2016.

00073493620104025101 – Autuado em 14/05/2010. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho determinando a redistribuição das ações ordinárias nº 20105101007349-0 e 20105101007469-0 por dependência ao processo nº 20105101511211-4 (fl. 279). Termo de retificação, em 06/09/2013 (fl. 280). Petição da União requerendo a extinção do feito, em 03/02/2014 (fl. 285). Decisão determinando a intimação da autora para se manifestar acerca do teor da petição de fl. 285, em 15/07/2014 (fl. 288). **O processo encontra-se concluso para despacho desde 17/12/2015.**

→ Sem movimentação há menos de 100 dias: 22 processos

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

05121195420064025101 – processo físico. Autuado em 04/05/2006. Trata-se de embargos à execução (classe 12001). Despacho determinando a intimação do perito para se manifestar sobre a contraproposta de honorários feita pela Embargada, em 05/02/2015. Despacho determinando abertura de vista às partes, em 13/07/2015. **Processo devolvido da Fazenda Nacional, em 29/09/2015. O processo encontra-se parado desde então.**

00280416120074025101 – autuado em 06/11/2007. Trata-se de embargos à execução (classe 12001). Decisão determinando a intimação da União Federal para manifestação, diante da decisão que converteu o agravo de instrumento em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

retido, em 04/09/2015 (fl. 4697). Processo devolvido da Advocacia Geral da União, em 11/09/2015. Último movimento de juntada, em 23/09/2015. **O processo encontra-se parado desde então.**

05086381520084025101 – processo físico. Autuado em 15/07/2008. Trata-se de embargos à execução (classe 12001). Despacho determinando a intimação da perita para elaboração do laudo pericial, com posterior intimação das partes, em 11/12/2014. Informação de Secretaria determinando a intimação das partes sobre o laudo pericial, em 28/09/2015. **Em 06/11/2015, os autos foram remetidos para a Fazenda Nacional, não tendo sido devolvidos até o momento.**

05249645020084025101 – processo físico. Autuado em 16/03/2009. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Decisão determinando o cadastro do nome dos advogados e a republicação do despacho anterior, em 09/12/2015. Informação de Secretaria determinando a intimação das partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 dias, publicado em 17/12/2015. Este é o último movimento.

05174198920094025101 - Autuado em 22/10/2009. Trata-se de embargos à execução (classe 12001). Processo com sigilo de peças cadastrado no sistema. Informação de Secretaria determinando a intimação do perito sobre proposta de honorários; o depósito dos valores; o início dos trabalhos; a entrega do laudo em trinta dias, e posterior vista às partes, em 08/07/2015. Decisão determinando a intimação do perito para iniciar os trabalhos, em 25/08/2015 (fl. 795). Último movimento de juntada do mandado de intimação do perito, em 17/09/2015. **O feito encontra-se parado desde então.**

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ, de 08/01/2016, e consultas ao Apolo, durante o período da correição.

III – META 03/2015: Aumentar os casos solucionados por conciliação.

(Justiça Federal: Aumentar o percentual de casos encerrados por conciliação em relação ao ano anterior).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Não se aplica.

IV – META 4/2015: Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa (STJ, Justiça Federal, Justiça Estadual e Justiça Militar da União e dos Estados)

(Identificar e julgar até 31/12/2015: Na Justiça Federal, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2013).

Não se aplica.

V – META 5/2015: Impulsionar processos à execução (Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

(Baixar em 2015: Na Justiça Federal, quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.)

De acordo com o gráfico obtido do Portal de Estatísticas da 2ª Região, verifica-se que, no juízo correicionado, a seguinte situação:

2ª Região **Meta 5 2015**

Baixar em 2015 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente

Tabela nº1 - Quadro resumo acumulado

MÊS: Dec-15 | Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara: 11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	32.319	20.805	19.229	12.469	11.174	35.190	87%
1º Grau / SJRJ	26.673	14.495	15.054	10.513	9.430	27.197	97%
1º Grau / SJES	5.646	6.310	4.175	1.956	1.744	7.993	64%
Juizado Especial Federal	11.593	33.159	34.972	1.418	395	10.803	102%
JEF / SJRJ	10.164	27.812	30.149	1.340	379	8.788	105%
JEF / SJES	1.429	5.347	4.823	78	16	2.015	89%
SJRJ	36.837	42.307	45.203	11.853	9.809	35.985	102%
SJES	7.075	11.657	8.998	2.034	1.760	10.008	75%
Total - 2ª Região	43.912	53.964	54.201	13.887	11.569	45.993	96%
11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	5	1	1	0	2	3	#DIV/0!

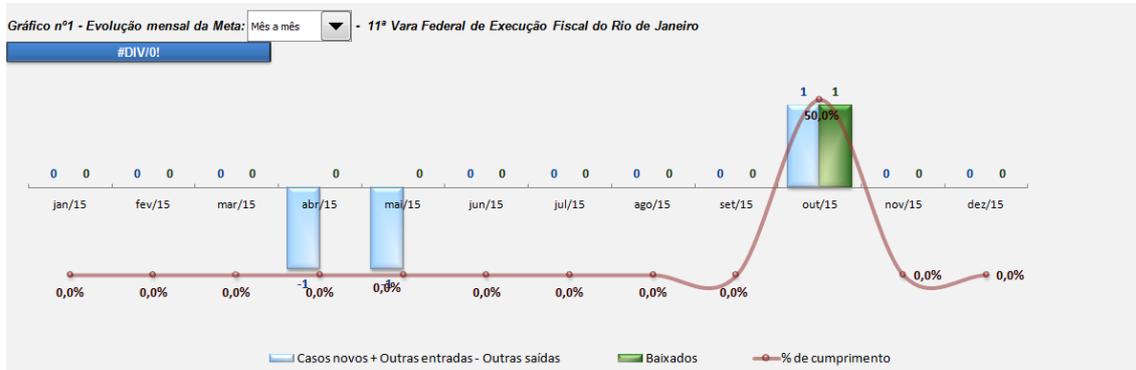
Percentual de cumprimento = $(\text{P5.3} - (\text{P5.1} + 1 + \text{P5.5} - \text{P5.7})) \times 100$

Verifique o Acervo Meta5 atual:

Acervo Improbidade SJRJ | Acervo Improbidade SJES



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO



VI – META 6/2015: Priorizar o julgamento das ações coletivas (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal e Justiça do Trabalho)

Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas: Na Justiça Federal, até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau;

Não se aplica.

VII – METAS ESPECÍFICAS PARA 2015:

A) Julgar quantidade maior de processos criminais do que os casos novos criminais no ano corrente.

B) Identificar e julgar até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações penais e recursos vinculados aos crimes relacionados à improbidade administrativa, ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo distribuídas até 31/12/2013.

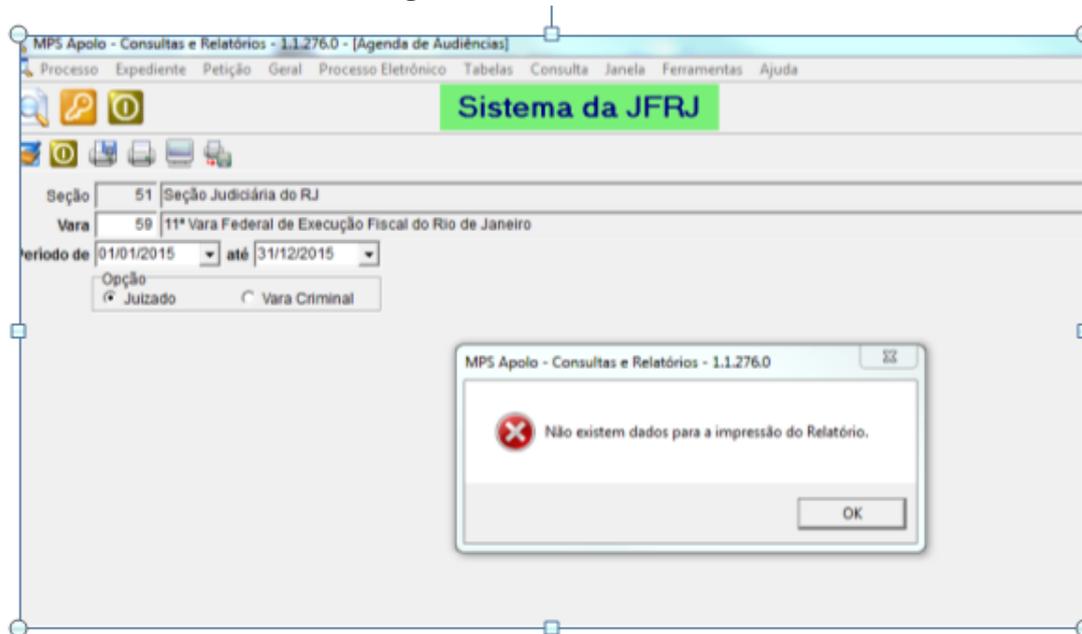
Não se aplicam.

➔ AUDIÊNCIAS
(Art. 35, I, CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

TOTAL: 00 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, no período de 01/01/2015 a 31/12/2015, como se vê a seguir:



De acordo com o questionário pré-correição, “*por se tratar de Vara de Execução Fiscal não é comum a marcação de audiências. No corrente ano foi designada uma Audiência Especial, porém esta veio a ser cancelada em virtude de a solução da questão ter se dado antes da realização da Audiência*”.

Mapa: Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo, consulta realizada em 08/01/2016 e questionário pré-correição, item 3.2.

➔ PROCESSAMENTO DE FEITOS CÍVEIS E CRIMINAIS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

1. INICIAIS (Artigos 305 a 316 da CNCR)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram identificados, por amostragem, os seguintes locais virtuais destinados às iniciais:

INICIAIS, com 08 documentos, todos de 11/01/2016.

INICIAIS – CONSELHOS, com 14 documentos, sendo o mais antigo de 08/05/2015, de nº 0043365-47.2014.4.02.5101.

De acordo com o questionário pré-correição, *“normalmente, o tempo médio entre a distribuição e o despacho inicial é de uma semana”*.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11, e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), em 13/01/2016, às 14:40.

2. BALCÃO DE ENTRADA

Documentos: 111

Sendo o mais antigo de 06/05/2014, de nº 0028798-45.2013.4.02.5101.

Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 13/01/2016, às 14:44.

3. SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO (Artigos 305 a 317 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, os processos são *“imediatamente encaminhados à Supervisora responsável para análise, minutados e despachados com prioridade”* e que, normalmente, os feitos são processados em uma semana.

Por sua vez, segundo o Relatório de Inspeção Anual entregue pelo juízo correccionado:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

“No que se refere às verificações de prevenção, litispendência e coisa julgada, à vista das modificações introduzidas pela edição do Provimento nº 79, de 27/08/2010, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, os autos dos processos são, quando necessário, instruídos com certidão resumida, mas elucidativa, acerca da demanda indicada como preventa, e despachados no menor tempo possível, sobretudo se for o caso de redistribuição dos autos; pode-se afirmar que existem poucos feitos pendentes de tal análise”.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.11.1, e Relatório de Inspeção Anual, item 08, encaminhado através do Ofício nº JFRJ-OFI-2015/09869, de 06/07/2015.

4. TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO (Arts. 227 da CNCR)

Posição em	08/01/2016
Conclusão até	07/01/2016

Tipo de Conclusão	Processos	Perc. / Total
Despacho	1.344	96,48
Decisão	49	3,52
Sentença	0	0,00
Total Geral	1.393	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00135013220124025101- Autuado em 24/02/2012. Trata-se de execução fiscal (classe 3000). Decisão determinando a expedição de carta precatória, em 05/02/2014 (fl. 15). Carta precatória devolvida em 04/02/2015 (fls. 19/29). Petição da ANVISA, em 04/03/2015 (fls. 31/41). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 08/10/2015.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00153001320124025101 - Autuado em 24/02/2012. Trata-se de execução fiscal (classe 3000). Decisão determinando a intimação do exequente para que informe o nome do sócio para o qual pretende ver redirecionada a execução, em 08/09/2015 (fl. 44). Petição da Fazenda Nacional em 21/09/2015 (fls. 46/47). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 08/10/2015.**

00158747020114025101 - Autuado em 10/11/2011. Trata-se de execução fiscal (classe 3000). Decisão determinando a intimação da exequente para que junte aos autos documentação que comprove a qualidade de sócio-gerente, em 09/09/2015 (fl. 103). Petição da Fazenda Nacional em 21/09/2015 (fls. 105/106). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 08/10/2015.**

00172210720124025101 - Autuado em 10/11/2011. Trata-se de execução fiscal (classe 3000). Decisão determinando a intimação da exequente para que junte aos autos relatório da Junta Comercial onde constem os nomes dos sócios para os quais requer o redirecionamento da execução, em 06/07/2015 (fl. 87). Petições da Fazenda Nacional em 28/07/2015 e 11/09/2015 (fls. 89 e 91/93). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 08/10/2015.**

01203335520134025101 - Autuado em 10/11/2011. Trata-se de execução fiscal (classe 3000). Despacho determinando a expedição de edital de citação, em 16/12/2014 (fl. 15). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para decisão desde 24/09/2015, com minuta no sistema.**

00074697920104025101 - Autuado em 18/05/2010. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Decisão fixando os honorários periciais e determinando a intimação do perito para iniciar os trabalhos, com vista às partes após a entrega do laudo, em 11/09/2014 (fls. 253/255). Despacho determinando a expedição de ofício à CEF, acerca de alvará de levantamento, em 22/10/2015 (fl. 268). Petição da autora, em 03/11/2015 (fls. 269/270). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 12/11/2015, com minuta no sistema.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

01291885220154025101 - Autuado em 19/10/2015. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho determinando a emenda à inicial, em 22/10/2015 (fls. 31). Petição da autora, em 16/11/2015 (fls. 33/35 e 37/44). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 24/11/2015.**

00289988120154025101 - Autuado em 26/2015. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Despacho determinando a intimação da autora para comprovar o recolhimento das custas judiciais, em 30/09/2015 (fl. 1450). Petições da autora em 27/10/2015 (fls. 1452/1453) e em 07/12/2015 (fl. 1457). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 06/11/2015.**

00429437220144025101 - Autuado em 10/12/2014. Trata-se de ação ordinária/anulatória de débito fiscal (classe 1008). Decisão determinando a citação da ré, com posterior vista à autora, em 31/08/2015 (fl. 82). Petição da Fazenda Nacional, em 14/10/2015 (fl. 84). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 12/11/2015.**

00457676720154025101 - Autuado em 14/05/2015. Trata-se de ação ordinária/anulatória de débito fiscal (classe 1008). Despacho determinando a redistribuição do presente feito por dependência ao processo nº 05131009320004025101, em 08/06/2015 (fl. 52). **O processo encontra-se, atualmente, concluso para despacho desde 05/11/2015.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos, extraído em 08/01/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, durante o período da correição.
--

5. TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO: (Arts. 228 da CNCR)

5.1 - Parados - Apolo (Outras Classes):

Posição em	08/01/2016
------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Último Movimento até	07/01/2016
----------------------	------------

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 31 e 60	150	35,97
Mais de 60	267	64,03
Total Geral	417	100,00

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00086698720114025101 – Autuado em 28/06/2011. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Sentença de improcedência (tipo A), proferida em 21/10/2015 (fls. 118/122). Processo remetido para a Fazenda Nacional (prazo 60 dias), em 06/11/2015. Embargos de Declaração juntados em 04/11/2015 (fls. 125/127).

00226017420134025101 – Autuado em 30/08/2013. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Feito convertido em diligência, para determinar o declínio da competência, em 28/06/2015 (fls. 78/81). Despacho determinando a redistribuição por dependência ao processo nº 01176175520134025101 em trâmite perante o M. Juízo da 11ª VEF/RJ, em 07/08/2015. Processo redistribuído, em 10/08/2015 (fl. 87). **O feito encontra-se parado desde então.**

00234086020144025101 – Autuado em 17/06/2014. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Sentença de improcedência (tipo A), proferida em 22/06/2015 (fls. 455/466). Apelação juntada aos autos, em 17/07/2015 (fls. 469/485). Petição de ciência da União, em 12/08/2015 e em 25/08/2015 (fls. 487/488). **O feito encontra-se parado desde então.**

01003077020124025101 – Autuado em 30/08/2012. Trata-se de ação ordinária/tributária (classe 1001). Sentença julgando extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 267, VI do CPC (tipo C) proferida em 26/06/2015 (fls. 213/216). Petição de ciência da União, em 15/09/2015 (fl. 219). **O feito encontra-se parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05099485120114025101 - Autuado em 06/10/2011. Trata-se de ordinária/tributária (classe 1001). Sentença de procedência (tipo A), proferida em 28/04/2015 (fls. 525/527). Apelação juntada aos autos, em 12/06/2015 (fls. 530/544). Decisão recebendo a apelação no duplo efeito, em 03/07/2015 (fl. 548). Apelação da União, em 10/07/2015 (fls. 549/564). Decisão recebendo a apelação no duplo efeito, em 29/07/2015 (fl. 567). Contrarrazões, em 03/09/2015 (fls. 569/584). **O feito encontra-se parado desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados, extraído em 08/01/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, durante o período da correição.

5.2 Parados – Apolo (Classe Execução Fiscal):

Posição em	08/01/2016
Último Movimento até	07/01/2016

Parados há (intervalo de dias)	Processos	Perc. / Total
Entre 121 e 180	307	45,68
Mais de 180	365	54,32
Total Geral	672	100,00

Por amostragem, foram os seguintes processos:

00000933720134025101 – Autuado em 17/01/2013. Decisão determinando a penhora dos ativos financeiros, via BACENJUD, em 23/05/2014 (fls. 28/31). Decisão deferindo a penhora do faturamento, em 03/06/2015 (fls. 46/49). **O feito encontra-se parado desde então.**

00001981420134025101 – Autuado em 17/01/2013. Decisão determinando a penhora dos ativos financeiros, via BACENJUD, em 24/10/2013 (fls. 55/57). Decisão deferindo a penhora do faturamento, em 22/05/2015 (fls. 70/73). Juntada de petição, em 15/06/2015 (fls. 74/84). Este é o último movimento. **O feito encontra-se parado desde então.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00002068820134025101 – Autuado em 17/01/2013. Despacho determinando a expedição de carta precatória para a citação da executada, em 15/12/2013 (fl. 15). Despacho determinando a expedição de ofício ao juízo deprecado solicitando informações sobre o cumprimento da carta precatória, em 15/06/2015 (fl. 26). Movimentação cartorária tipo expedir ofício, em 03/07/2015. **O feito encontra-se parado desde então.**

00010356920134025101 – Autuado em 28/01/2013. Decisão determinando o redirecionamento da execução, em 16/06/2015 (fls. 48/51). Mandado expedido em 29/07/2015. Movimentação cartorária tipo aguardando devolução de mandado, em 29/07/2015. **O feito encontra-se parado desde então.**

00024620420134025101 – Autuado em 21/02/2013. Decisão determinando a penhora dos ativos financeiros, via BACENJUD, em 25/10/2013 (fls. 17/19). Despacho determinando a expedição de ofício à CEF, em 07/07/2015 (fl. 53). Movimentação cartorária aguardando expedir ofício, em 08/07/2015. **O feito encontra-se parado desde então.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados Execução Fiscal, extraído em 08/01/2015, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, durante o período da correição.

6. DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (FÍSICOS E VIRTUAIS)
(Arts. 180 e 318 da CNCR).

Constam 11 documentos aguardando juntada em 08/01/2015, sendo o mais antigo de novembro de 2015, referente ao processo nº 05252105120054025101.

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Petições, extraído em 08/01/2016.

7. VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS: (Arts. 42, § 2º, e 227 e 228, da CNCR).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Foram identificados, por amostragem, os seguintes locais virtuais de controle de prazo:

PRAZO (5 DIAS) – EXECUTADO CITADO POR EDITAL – 00 documentos;

PRAZO AGRAVO 30 DIAS – 15 documentos, sendo o mais antigo de 03/06/2015, de nº 0500858-19.2011.4.02.5101;

PRAZO AGU – 02 documentos, sendo o mais antigo de 09/12/2016, de nº 0535006-95.2007.4.02.5101;

PRAZO BACEN – 02 documentos, ambos de 12/01/2016, de nºs 0501822-70.2015.4.02.5101 e 0070726-64.1999.4.02.5101;

PRAZO EXECUTADO – 76 documentos, sendo o mais antigo de 23/11/2015, de nº 0519774-38.2010.4.02.5101;

PRAZO FAZENDA NACIONAL – **182** documentos, sendo o mais antigo de 23/09/2015, de nº 0509668-22.2007.4.02.5101;

PRAZO SENTENÇA – **285** documentos, sendo o mais antigo de 03/09/2015, de nº 0515004-65.2011.4.02.5101.

Fonte: Apolo – Balcão de entrada – locais virtuais, posição em 13/01/2016, às 15:54.

8. CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVS, ETC)

Foram identificados, por amostragem, os seguintes locais virtuais de cumprimento de ordem:

EXPEDIR ALVARÁ – 03 documentos, todos de 16/12/2015, de nºs 0510876-12.2005.4.02.5101, 0535420-69.2002.4.02.5101 e 0508681-44.2011.4.02.5101;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EXPEDIR MANDADO DE CITAÇÃO – 16 documentos, **sendo o mais antigo de 17/07/2015**, de nº 0015299-28.2012.4.02.5101;

EXPEDIR MANDADO PENHORA – 21 documentos, **sendo o mais antigo de 11/05/2015**, de nº 0029984-02.1996.4.02.5101;

EXPEDIR OFÍCIO – **116** documentos, **sendo os mais antigos de 09/04/2015**, de nºs 0027847-47.1996.4.02.5101 e 0514352-29.2003.4.02.5101;

EXPEDIR RPV/PRECATÓRIO – 26 documentos, sendo **os mais antigos de 15/07/2015**, de nºs 0045448-36.2014.4.02.5101 e 0044301-72.2014.4.02.5101.

Fonte: Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário), posição em 13/01/2016, às 16h.

9. PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA: (Art. 189 da CNCR)

Posição em	08/01/2016
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	50
Documento	111
Total Geral	161

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

a) Sigilo de Sistema

00230982520124025101 – Regular a informação no sistema Apolo, bem como a decisão judicial respectiva;

00237902420124025101 – Regular a informação no sistema Apolo, bem como a decisão judicial respectiva;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00216371820124025101 – Regular a informação no sistema Apolo, bem como a decisão judicial respectiva;

01027681520124025101 – Regular a informação do sigilo no sistema, **sem que tenha sido localizada, s.m.j., a ordem judicial respectiva.**

b) Sigilo de Documento

05058237420104025101 - Regular a informação do sigilo no sistema, **sem que tenha sido localizada, s.m.j., a ordem judicial respectiva;**

05070803720104025101 – Regular a informação no sistema Apolo, bem como a decisão judicial respectiva;

05075278820114025101 - Regular a informação do sigilo no sistema, **sem que tenha sido localizada, s.m.j., a ordem judicial respectiva;**

05074767720114025101 - Regular a informação do sigilo no sistema, **sem que tenha sido localizada, s.m.j., a ordem judicial respectiva.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça, extraído em 08/01/2016, e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, durante o período da correição.

10. PUBLICAÇÕES (Art. 181 da CNCR).

Total Geral de Boletins Gerados	Período	01/2015 a 12/2015
	Processos	5.188
	Boletins	187
	Média (Proc. / Bol.)	27,74
	Tempo Médio Pub. (Dias / Bol.)	4,58

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações, extraído em 08/01/2016.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

11.PROCESSOS COM REMESSA EXTERNA/PRAZO

Constam **225** processos com prazo vencido, sendo os mais antigos:

Processo	Destino	Data de Remessa	Data final do prazo	Dias vencidos
0503666-75.2003.4.02.5101	CEF	09/07/2013	19/07/2013	903
0531119-79.2002.4.02.5101	CEF	01/10/2013	11/10/2013	819
0518686-14.2000.4.02.5101	CEF	02/10/2013	14/10/2013	816
0517240-39.2001.4.02.5101	PFN	29/11/2013	11/12/2013	758
0512897-29.2003.4.02.5101	PRF	26/03/2014	25/04/2014	623

Fonte: Apolo – Secretaria - Estatística de processos remetidos, vencidos e não devolvidos até 08/01/2016 e consultas ao Apolo, durante o período da correição.

→ SUSPENSÃO DE PROCESSOS (Artigos 267 a 269 da CNCR)

1. Número total de processos suspensos (em 08/01/2016):

Execução Fiscal: 14.585

Outras Classes: 69

2. Motivo Da Suspensão

Execução Fiscal

- Aguarda decisão de instância superior: 74
- Art. 20, Lei 10.522/02: 2.567
- Art. 40, § 2º, LEF: 3.976
- Art. 40, *caput*, LEF: 3.930
- Embargos à execução: 210
- Outras suspensões – processos de execução: 156
- Outros – fase conhecimento: 20
- Outros – fase/processo execução: 640
- Parcelamento: 2.933



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- Provimento 61/2009 (execução fiscal): 07
- Repercussão geral: 03
- Suspensão – art. 40 – Lei 6830: 51
- Vazias: **18**

Outras classes

- Aguarda decisão de instância superior: 06
- Art. 40, § 2º, LEF: 01
- Art. 40, *caput*, LEF: 05
- Outros – fase conhecimento: 08
- Outros – fase/processo execução: 49

3. Análise dos processos:

Para verificação da ordem de suspensão e do correto lançamento do motivo desta no sistema Apolo, conforme previsão legal e regulamentar (artigos 267 a 269 da Consolidação das Normas da Corregedoria-Regional, Provimento n.º 11/2011), foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

a) Aguarda decisão de instância superior:

05009872920084025101
05012226420064025101
05015210720074025101
05018597820074025101
05018830920074025101

b) Art. 20 da Lei n.º 10.522/02:

00007771820024025110 – **Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso por força do art. 48 da Lei nº 13.043/2014.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

00023486520134025101 – Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso por força do art. 48 da Lei nº 13.043/2014.

00067718520014025102 – Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso por força do art. 48 da Lei nº 13.043/2014.

00084709420134025101

00110157420124025101 – Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso por força do art. 2º da Portaria MF nº 75, de 22/03/2012, com redação dada pela Portaria MF nº 130, de 19/04/2012.

c) Art. 40, § 2º, da LEF (arquivamento sem baixa):

00003956620134025101
00007983820094025113
00010191820134025101
00010512320134025101
00011578220134025101

d) Art. 40, *caput*, da LEF:

00000600420074025151
00000621720134025101
00001124320134025101
00002718320134025101
00003116520134025101

e) Embargos à Execução:

05014304320094025101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05016983420084025101
05022511320104025101
05025397320014025101
05031050720104025101

f) Outras suspensões – processos de execução:

05038136220074025101 – **Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso em virtude de parcelamento,** conforme despacho proferido em 13/08/2007.

05039530920014025101 - **Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso em virtude de parcelamento,** conforme despacho proferido em 22/08/2007.

05049352320014025101 - **Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso em virtude de parcelamento,** conforme despacho proferido em 04/07/2001.

05050316220064025101 - **Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso em virtude de parcelamento,** conforme despacho proferido em 07/03/2007.

05049541920074025101

g) Outros – fase conhecimento:

05032835820074025101
05072343620024025101
05077456320044025101
05091720320014025101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05102040420054025101

h) Outros – fase/processo execução:

00111253920134025101 - Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso em virtude de oposição de embargos à execução, conforme decisão proferida em 22/04/2015.

00157100419944025101

00159047120124025101

00160444220114025101

00164563120154025101 - Salvo melhor juízo, o motivo da suspensão está incorreto, tendo em vista que o processo está suspenso em virtude de oposição de embargos à execução, conforme decisão proferida em 01/07/2015.

i) Parcelamento:

00003150520134025101

00003437020134025101

00003627620134025101

00003948120134025101

00004042820134025101

j) Provimento 61/2009 (execução fiscal):

00206992320124025101

00396904720124025101

00676015919974025101

00755991019994025101

05064984220074025101

k) Repercussão geral (CPC, art. 543-B e § 1º):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05037489620094025101 – **Salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão que determinou a suspensão do feito com fundamento da repercussão geral;**

05121498420094025101 – **Salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão que determinou a suspensão do feito com fundamento da repercussão geral;**

05249462420114025101 - **Salvo melhor juízo, não foi localizada a decisão que determinou a suspensão do feito com fundamento da repercussão geral**

l) Suspenso – art. 40 – Lei 6830:

05003378920024025101
05012321120064025101
05021331320054025101
05021632420004025101
05026214120004025101

m) Vazia

05164331420044025101 – **deve ser preenchido o motivo da suspensão;**

05164419320014025101 – **O motivo da suspensão correto é art. 40, caput da LEF;**

05252341120074025101 – **O motivo correto da suspensão é outros: fase/processo execução;**

05309935320074025101 - **O motivo correto da suspensão é parcelamento;**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

05336446820014025101 - **O motivo correto da suspensão é parcelamento.**

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos, extraído em 08/01/2015 e consultas ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, durante o período da correição.

➔ **SENTENÇAS**
(Res. 535/2006 do CJF e arts. 219 a 221 da CNCR)

Total: 214

- a. Convertidas em diligência: 01
- b. Resolução de mérito: 61
 - i. Improcedente: 07
 - ii. Procedente: 03
 - iii. Procedente em parte: 02
 - iv. Reconhecida prescrição/decadência: 49
- c. Sem resolução de mérito: 150
- d. **Vazias: 02**

➔ **REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA**
(Res. 535/2006 do CJF, Provimento Conjunto n.º 03, de 12/02/2008, e Ofícios Circulares T2-OCI-2010/00004, de 14/12/2009, T2-OCI-2011/00013, de 22/02/2011 e T2-OCI-2011/00099, de 02/08/2011)

Com relação à classificação das sentenças, nos termos da Resolução n.º 535/2006 do CJF e dos artigos 219 a 221 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional (Provimento n.º 11/2011), foram inspecionados, por amostragem, os seguintes processos:

1. Sentenças tipo A (fundamentação individualizada):



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

0023408-60.2014.4.02.5101
0001394-87.2011.4.02.5101
0008669-87.2011.4.02.5101
0502439-21.2001.4.02.5101
0533645-53.2001.4.02.5101 – salvo melhor juízo, trata-se de sentença do tipo B2.

2. Sentenças tipo B-2 (sentenças repetitivas – padronizadas):

0074449-91.1999.4.02.5101
0038349-74.1998.4.02.5101
0012257-11.1988.4.02.5101
0010683-50.1988.4.02.5101
0002004-84.2013.4.02.5101

3. Sentenças tipo C (sem julgamento do mérito):

0531570-36.2004.4.02.5101
0532957-28.2000.4.02.5101
0532473-66.2007.4.02.5101
0532155-83.2007.4.02.5101
0507541-72.2011.4.02.5101

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria, durante o período da correição.

➔ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (PREFERÊNCIAS LEGAIS) (Art. 217 da CNCR):

De acordo com o questionário pré-correição, “*mensalmente são verificados os processos insertos nas metas do CNJ, adotando-se as providências compatíveis para cada caso*” (item 3.3.2).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

➔ LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

De acordo com o questionário pré-correição (item 3.3.4):

“Os processos no gabinete são organizados por assunto (pedidos de BACENJUD, Exceções de Pré-executividade, Embargos à Execução, pedidos de desbloqueio, etc) e por ordem cronológica de entrada. Para a prolação de sentença, são selecionados com prioridade os processos mais antigos, observando-se contudo as prioridades legais e as urgências”.

Fonte: Questionário pré-correição.

➔ EXECUÇÃO (art. 333 da CNCR)

1. FASE 18:

		Execução de sentença	Trâmite	Total
Processos (em trâmite)	Com Sentença	Não Informada	385	385
		Natureza Executória	477	477
	Total		862	862

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região – Acervo SJRJ – Sentença e Execução de Sentença, extraído em 08/01/2016.

2. REQUISIÇÕES DE PAGAMENTO - RPV E PRECATÓRIO (de 01/01/2015 a 31/12/2015): (Art. 217, II, da CNCR)

- a. Físicos: 09
- b. Eletrônicos: 04



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

- c. Total de requisições: 13
d. Tempo médio entre o último julgamento e o total de requisições enviadas: 1.038 dias.

Posição em	08/01/2016	Período	01/01/2015 a 31/12/2015	
Tipo / Situação Atual	Total do Cadastro	Cadastrado	Conferido	Enviado ou Transm. c/ Erro
RPV Juizado Especial	0	0	0	0
RPV	13	9	0	4
Precatório em Parcela Única	0	0	0	0
Precatório Parcelado	0	0	0	0
Total Geral	13	9	0	4

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV, extraída em 08/01/2016.

➔ **GRANDES DÉBITOS**
(Arts. 272 e 273 da CNCR)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição do juízo correicionado, há 417 processos referentes a grandes devedores em tramitação.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, d).

➔ **PENHORA ONLINE: SISTEMA BACENJUD E RENAJUD**
(Resolução 61/08-CNJ e Res. n.º 21/08-TRF2)

Conforme informação prestada no questionário pré-correição, foram efetivados 1.986 protocolos de BACENJUD, no ano de levantamento, e 28 restrições RENAJUD.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, e).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

→ **LEILÕES**

(Arts. 270 A 290 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, não houve realização de leilões no ano de levantamento.

Fonte: Questionário pré-correição (item 3.4.2, f).

→ **CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS**

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição, “*são lançados no cadastro de bens penhorados do Sistema Apolo bens móveis e imóveis penhorados pelos oficiais de justiça na medida em que os mandados retornam à Vara com resultado positivo e são juntados aos autos*”. O Juízo correicionado informou que, no momento, há 127 bens cadastrados.

Total de processos com bens penhorados: 127

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

Processo: 0015353-24.1994.4.02.5101
Executado: TRANSPORTES ORIENTAL LTDA
Data da Penhora: 22/09/1998 00:00
Tipo do Bem: Automóvel
Valor do Bem: R\$ 180.000,00
Quantidade:
Local: AV. SANTA CRUZ, Nº 11.220 – SANTÍSSIMO/RJ
Exequente: Diligencia em zona rural
Valor do Débito: R\$,00
Vara: 11VFEF
Mandado: MDA.0038.000064-5/1998
Quantidade de Bens diferentes: 01



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Valor Total dos Bens: R\$ 180.000,00

Andamento processual: Penhora realizada em 22/09/1998, conforme Auto de Penhora e depósito de fl. 107. Decisão determinando a penhora em dinheiro, mediante BACENJUD, em 14/11/2011 (fls. 176/177), a qual restou infrutífera. Decisão determinando a inclusão das demais empresas do grupo econômico no polo passivo, bem como dos ex-sócios, em 16/11/2015 (fls. 296/307).

Necessário, s.m.j., retificar o cadastro do bem penhorado, para que conste o correto nome do exequente, bem como para que seja preenchido o campo do valor do débito.

Processo: 0015771-63.2011.4.02.5101

Executado: SISAMO COM/E IND/ DE MOVEIS LTDA

Data da Penhora: 26/01/2012 00:00

Tipo do Bem: não preenchido

Valor do Bem: não preenchido

Quantidade: não preenchido

Local: não preenchido

Exequente: SISAMO COM/E IND/ DE MOVEIS LTDA

Valor do Débito: R\$66.226,04

Vara: 11VFEF

Mandado: MAN.0052.000299-4/2012

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 0,00

Andamento processual: Penhora de bens móveis realizada em 26/01/2012, conforme Auto de Penhora e Depósito (fl. 52). Despacho determinando a intimação do exequente para informar o valor atualizado dos débitos, com posterior mandado de constatação e reavaliação do bem penhorado, em 08/10/2015 (fl. 95). O processo encontra-se concluso para despacho, desde 17/12/2015.

Necessário, s.m.j., preencher todos os campos no sistema Apolo, bem como retificar o cadastro, tendo em vista que os campos “executado” e “exequente” foram preenchidos com o mesmo nome.

Processo: 0019052-90.2012.4.02.5101



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Executado: CAMPING CLUBE DO BRASIL

Data da Penhora: 20/09/2013 00:00

Tipo do Bem: Galpão

Valor do Bem: R\$ 429.099,86

Quantidade: não preenchido

Local: RUA SÃO JANUÁRIO, 664

Exequente: CAMPING CLUBE DO BRASIL

Valor do Débito: R\$ 318.964,46

Vara: 11VFEF **Mandado:** MAN.0059.002202-5/2013

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 429.099,86

Andamento processual: Penhora realizada em 20/09/2013, conforme Auto de Penhora e Depósito (fl. 83). Decisão determinando a expedição de mandado de constatação e reavaliação do bem penhorado, em 21/09/2015 (fl. 99). Imóvel reavaliado em R\$ 700.000,00, conforme certidão de fl. 103. Petição da Fazenda Nacional, em 07/01/2016 (fl. 105), ainda não apreciada.

Necessário, s.m.j., retificar o cadastro no sistema Apolo, tendo em vista que os campos “executado” e “exequente” foram preenchidos com o mesmo nome. Além disso, o valor do imóvel deve ser atualizado no sistema Apolo.

Processo: 0029982-70.2012.4.02.5101

Executado: PRIMART DA SULACAP DECORACOES LTDA

Data da Penhora: 04/12/2012 13:13

Tipo do Bem: Automóvel

Valor do Bem: R\$ 58.000,00

Quantidade: 1

Local: não preenchido

Exequente: FAZENDA NACIONAL/INSS

Valor do Débito: R\$ 48.018,45

Vara: 11VFEF **Mandado:** MAN.0052.006936-9/2012

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 58.000,00

Andamento processual: Penhora realizada em 04/12/2012 (fl. 41). Decisão declarando extinta a execução fiscal, com fundamento na notícia de quitação dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

débitos, bem como determinando a suspensão do feito em relação à inscrição remanescente, com fulcro no art. 792 do CPC em 27/05/2014 (fl. 54). Certidão procedendo à suspensão do processo, em 04/08/2014 (fl. 60). Petição do executado requerendo a suspensão da penhora sobre o bem, em 09/01/2015 (fls. 61/70). Despacho determinando a intimação da exequente para se manifestar sobre o pedido de levantamento da penhora, em 12/01/2015 (fl. 77). Decisão indeferindo o pedido de levantamento da penhora, em 15/10/2015 (fl. 83).

Processo: 0030525-73.2012.4.02.5101

Executado: EXTRACTUM FARMACIA ETICA E DERMATOLOGICA LTDA

Data da Penhora: 15/02/2013 00:00

Tipo do Bem: Prédio

Valor do Bem: R\$ 890.000,00

Quantidade: 1

Local: RUA CONSTANÇA BARBOSA, 56 MÉIER

Exequente: EXTRACTUM FARMACIA ETICA E DERMATOLOGICA LTDA

Valor do Débito: R\$ 834.039,71

Vara: 11VFEF

Mandado: MEF.0056.005542-2/2012

Quantidade de Bens diferentes: 1

Valor Total dos Bens: R\$ 890.000,00

Andamento processual: Penhora realizada em 15/02/2013 (fl. 66). Decisão deferindo a penhora de ativos financeiros, via BACENJUD, considerando que o valor originário da dívida é de R\$ 905.126,50, em 26/05/2014 (fls. 93/97). Despacho determinando expedição de mandado de constatação e reavaliação do bem, em 13/05/2015 (fl. 103). Petição da União determinando a realização de leilão, em 07/12/2015 (fl. 113), ainda não apreciada.

Necessário, s.m.j., retificar o cadastro no sistema Apolo, tendo em vista que os campos “executado” e “exequente” foram preenchidos com o mesmo nome.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

OBS.: Constatou-se, da listagem fornecida pelo Sistema Apolo, que o cadastramento de bens onerados encontra-se incompleto, não contendo, em diversos processos, informações do tipo do bem penhorado e do local onde se este se encontra.

Fonte: Questionário pré-correição, item 3.4.2.g; Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados, extraído em 08/01/2016, e consultas ao andamento processual respectivo, durante o período da correição.

➔ **BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS**

(Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005, e arts. 242 a 247 da CNCR):

Total de acautelamentos/apreensões: 19

Por amostragem, foram analisados os seguintes processos:

00022248220134025101

. Acautelado: Originais das cartas de fiança n.º 2.062.895-2 e n.º 2.062.893-6, emitidas pelo Banco Bradesco. As cartas de fiança foram transferidas dos autos do processo n.º 2013.51.01.102043-3

. Localização: Cofre.

. Detalhes do processo: decisão em 09/07/2014, determinando o acautelamento das cartas de fiança (fl. 107). Consta Termo de acautelamento à fl. 115.

. Situação atual: processo suspenso, desde 15/09/2015.

Obs: necessário atualizar o cadastro do bem no Sistema Apolo, com o correto preenchimento de todos os campos.

00564142920124025101

. Acautelado: Originais da Carta de Fiança n.º 100413040201200 e 1.º e 2.º termos de aditamento à carta de fiança, emitidos pelo Banco Itau BBA, no valor de R\$ 3.182.541,24.

. Localização: Cofre

. Detalhes do processo: decisão em 14/09/2015, determinando o acautelamento das cartas de fiança (fls. 245/250). Consta Termo de acautelamento à fl. 253.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

. Situação atual: último movimento de juntada de embargos à execução, em 18/12/2015.

Obs: necessário atualizar o cadastro do bem no Sistema Apolo, com o correto preenchimento de todos os campos.

00695249020154025101

. Acautelado: Original da Carta de Fiança nº 0700001089, emitida pelo Banco Mizuho do Brasil, no valor de R\$ 1.669.734,00.

. Localização: Cofre

. Detalhes do processo: decisão em 19/11/2015, determinando o acautelamento da carta de fiança (fls. 121/126). Consta Termo de acautelamento à fl. 115.

. Situação atual: Os autos foram devolvidos da distribuição para anotação, em 27/11/2015.

Obs: necessário atualizar o cadastro do bem no Sistema Apolo, com o correto preenchimento de todos os campos.

01287985320134025101

. Acautelado: Original da Carta de Fiança nº 2.066.330-8, emitida pelo Banco Bradesco.

. Localização: Cofre

. Detalhes do processo: decisão em 09/12/2015, determinando o acautelamento da carta de fiança (fls. 379/385). Consta Termo de Acautelamento à fl. 386.

. Situação atual: Decisão publicada em 18/01/2016.

Obs: necessário atualizar o cadastro do bem no Sistema Apolo, com o correto preenchimento de todos os campos.

05025880220104025101

. Acautelado: Original da Carta de Fiança nº 10101322, emitida pelo Banco Votorantim, no valor de R\$ 32.080,22, encaminhada pela 5ª VFEF, por meio do documento JFRJ-FOR-2015/03850.

. Localização: Cofre. Detalhes do processo: decisão em 27/10/2010, determinando o acautelamento da carta de fiança (fl. 226). Consta Termo de Acautelamento à fl. 509.

. Situação atual: Decisão inadmitindo a carta de fiança, em 04/12/2015 (fls. 514/515), publicada em 13/01/2016.

Obs: necessário atualizar o cadastro do bem no Sistema Apolo, com o correto preenchimento de todos os campos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Fonte: Apolo – Módulo Consultas e Relatórios - Relatório de material apreendido/acautelado, e consultas ao Apolo, durante o período da correição.

→ LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS
(Art. 147 a 151 CNCR)

De acordo com o questionário pré-correição:

“Os livros e pastas obrigatórios encontram-se regulares e compreendem:

- Livro de Ponto;
- Livro de carga de autos a advogados;
- Livro de entrega de autos sem traslado;
- Livro de Reclamações;
- Pasta de remessa de autos aos setores administrativos e apoio;
- Pasta de remessa de autos ao MPF.”

Por sua vez, nos termos do relatório de inspeção anual:

“As pastas e os livros obrigatórios, submetidos à vistoria, encontram-se em bom estado de conservação (físicos), devidamente em ordem, abertos, nomeados, numerados, rubricados, e os que chegaram ao final (neste ponto referentes a anos anteriores) foram encerrados, na forma da regulamentação pertinente (...)”

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/09869).

→ ESPAÇO FÍSICO

De acordo com o questionário pré-correição:

“O mobiliário é relativamente novo, não necessitando de reparos, os computadores e impressoras são satisfatórios, os escaninhos são suficientes para acomodação dos processos. Não há aparente dificuldade a ser relatada”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Por sua vez, nos termos do Relatório de inspeção anual:

“O mobiliário se encontra em bom estado de conservação e disposto de modo a facilitar o deslocamento dos servidores, bem como o acesso aos materiais de trabalho; saliente-se que todos os itens foram devidamente conferidos quando do procedimento de inventário anual promovido pela DIRFO.

No que se refere ao material de informática, essencial para melhor atuação de qualquer Juízo, mormente em se tratando de Vara de Execução Fiscal com considerável parte do acervo eletrônico, nota-se maior agilidade na execução das tarefas cotidianas em razão de todas as CPU estarem ligadas a 02 (dois) monitores de LCD, permitindo-se a cada um dos servidores maior presteza para a execução das tarefas”.

Fonte: Questionário pré-correição e Relatório de Inspeção Anual (Ofício nº JFRJ-OFI-2015/09869).

→ METAS FIXADAS PELO JUÍZO

De acordo com o questionário pré-correição, o Juízo Correicionado estabeleceu as seguintes metas de curto, médio e longo prazo:

Metas de curto prazo (3 meses): *“redução do acervo de tramitação ativo em 275 processos”;*

Metas de médio prazo (6 meses): *“redução do acervo de tramitação ativo em 450 processos”;*

Metas de longo prazo (1 ano): *“redução do acervo de tramitação ativo em 900 processos”.*

RELATÓRIO ELABORADO POR:
Taissa Souza Medeiros, Matrícula nº 15.567